

## **A CRISE BRASIL-BOLÍVIA E AS CONTRADIÇÕES DO NACIONALISMO LATINO-AMERICANO NUMA ERA DE CRISE DAS ESQUERDAS**

**Luis Lopes Diniz Filho<sup>1</sup>**

### **A identidade latino-americana como realidade e como projeto de política cultural**

Na conferência de abertura da 24<sup>a</sup> Semana de Geografia – Semageo, organizada pela AGB-Curitiba<sup>1</sup>, o economista Darc Costa<sup>2</sup> expôs uma análise sobre a “identidade ibero-americana” e a “especificidade brasileira”, além de tecer algumas considerações a respeito das implicações dessas supostas identidades na elaboração de um projeto nacional e de políticas de integração continental. Apesar de suas propostas de esquerda, tal análise estava baseada em ideologias e teorias típicas do pensamento autoritário brasileiro das últimas décadas do século XIX e primeira metade do século XX, o que pode ser demonstrado por meio de uma breve digressão sobre as raízes do nacionalismo e suas afinidades com os discursos que versam sobre a “identidade latino-americana”.

Num ensaio sobre as questões do nacional e do popular na cultura brasileira, Marilena Chauí (1983) recupera a evolução histórica das noções de “nação” e “povo” e seu entrelaçamento, de modo a explicitar os pressupostos das ideologias que elegem tais noções como eixos centrais de seus conteúdos (o nacionalismo e o populismo)<sup>3</sup>. Nesse sentido, a autora afirma que, já em suas primeiras manifestações, a articulação entre o nacional e o popular se fez segundo duas formas distintas e diametralmente opostas: a do nacionalismo romântico de Herder e Savigni e a do nacionalismo de Hegel, que se poderia chamar, talvez impropriamente, de nacionalismo “racionalista”. No nacionalismo de tipo romântico, a nação, com suas leis, costumes, língua, religião, etc., constitui sempre a expressão de um ente imaterial que existe independentemente da vontade de cada um, unifica todos os membros da sociedade e se conserva através das gerações: o “espírito do povo”, segundo Herder, ou o “caráter nacional”, segundo Savigni. Em Hegel, por sua vez, esse “espírito” não é uma entidade dada a priori, que por isso mesmo funcionaria como determinante do processo histórico, mas sim um produto desse processo, obra da Razão que encontraria no Estado (“ponto culminante da racionalidade do Espírito Objetivo”) seu principal agente. Nesse contexto, o Estado, em Hegel, deixa de se constituir como a expressão de uma particularidade nacional, como

---

<sup>1</sup> DINIZ FILHO, L. L. . A crise Brasil-Bolívia e as contradições do nacionalismo latino-americano numa era de crise das esquerdas. In: VII Encontro Nacional da Anpege, 2007, Niterói. Anais do VII Encontro Nacional da Anpege, 2007.

afirmava Savigni, para ser uma “[...] universalidade política e somente depois particularidade nacional” (CHAUÍ, 1983, p. 30).

Com o refluxo dos movimentos socialistas e anarquistas ocorrido após o ano de 1848, o nacionalismo passou a ser uma “ideologia propriamente dita”, gestando-se e difundindo-se sob as mais variadas formas, mas sempre deitando raízes naquelas duas concepções fundamentais, ainda segundo Chauí. Todavia, tais considerações da autora não conferem a devida importância histórica aos discursos nacionalistas de natureza eminentemente política, que se desenvolveram no bojo de movimentos revolucionários inspirados em idéias liberais:

O conceito revolucionário de nação, entendido como constituído pela opção política deliberada de seus potenciais cidadãos, foi preservado em sua forma pura nos Estados Unidos. Os americanos são aqueles que desejam sê-lo. Nem o conceito francês de “nação” como análogo a um plebiscito (“um plebiscito todos os dias”, disse Renan) faz perder esse seu caráter essencialmente político. A nacionalidade francesa era a cidadania francesa; a etnicidade, a história, a língua e o *patois* falado em casa não tinham nada a ver com a definição de nação (HOBSBAWN, 1990, p. 108).

Trata-se assim de uma forma de nacionalismo na qual a busca de elementos étnicos e culturais comuns aos indivíduos deixa de ser importante, pois a lealdade dos cidadãos às leis e às instituições está fundada nos valores de liberdade e de igualdade próprios do regime democrático, e não na crença de que o Estado seja a expressão máxima e sintética de uma identidade nacional particular.

Não obstante, é fato que a transformação das ideologias nacionalistas em força política de relevo, ocorrida de 1870 até meados do século XX (HOBSBAWN, 1990), se deu frequentemente pela reprodução de formas de pensamento tributárias das concepções romântica e hegeliana de nação, as quais, embora aparentemente inconciliáveis, terminaram muitas vezes por se fundir. A história brasileira demonstra isso claramente. Durante a Primeira República (1889-1930), os chamados “pensadores autoritários”, tais como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado, produziram uma série de interpretações sobre as origens da nacionalidade brasileira, as quais serviam como ponto de partida para a elaboração de projetos políticos (DINIZ FILHO, 2002a; BOMFIM, 2002-2003). E, apesar das diferenças e antagonismos entre tais interpretações, todas elas afirmavam a existência de um “caráter nacional” brasileiro materializado nas tradições, raça, cultura e território, como também diagnosticavam que, em virtude da origem colonial do país, esse “caráter” teria sofrido a influência da cultura estrangeira e de “ideologias alienígenas”, tornando-se assim fragmentado e latente. Em consequência, essas interpretações convergiam para o postulado de que somente uma adaptação das instituições ao “caráter” e à “realidade”

nacionais poderia devolver o país ao rumo de sua evolução histórica (do qual se teria afastado durante a Primeira República, devido à influência do liberalismo), mediante a ação de um Estado comprometido com o resgate dessa debilitada identidade nacional. A imbricação entre as tradições romântica e hegeliana torna-se assim patente, já que, nessa visão, postula-se um Estado que seja expressão de um “caráter nacional” já dado e, ao mesmo tempo, agente da construção nacional (DINIZ FILHO, 2002a).

Nesse contexto, a crítica dos “pensadores autoritários” à democracia se operava, em grande medida, através de um amplo e variado conjunto de interpretações acerca da história e da cultura brasileiras que se irmanavam no esforço para qualificar o liberalismo (do mesmo modo que o fascismo, o comunismo e outras ideologias) como intrinsecamente inadequado às peculiaridades nacionais. Essa crítica atinge seu momento de auge durante a ditadura do Estado Novo, que, embora se valendo intensamente do discurso nacionalista como instrumento de propaganda ideológica, não chegou a produzir uma doutrina oficial única, mas sim um conjunto heterogêneo de ideologias nacionalistas que, apesar de diferentes e até antagônicas em muitos aspectos, tinham como traço comum o esforço em apresentar o regime como expressão da nacionalidade e em qualificar quaisquer projetos alternativos como anti-nacionais. A brutal ditadura estado-novista encontrou justamente nos “pensadores autoritários” da época seus mais importantes intelectuais orgânicos (DINIZ FILHO, 2002a).

Posto isso, é possível demonstrar, mediante alguns exemplos, que os discursos que versam sobre o tema da identidade latino-americana reproduzem formas de pensar afins às ideologias nacionalistas analisadas. Tomando-se inicialmente um trabalho de Leopoldo Zea (1981), verifica-se que, para esse autor, existem características étnico-culturais que conferem uma identidade aos povos da América Latina, e isso não *apesar* da grande heterogeneidade de raças e culturas aqui existente, como seria de supor à primeira vista, mas, ao contrário, justamente *por causa dela*. Isso porque, diferentemente do que ocorreria na África, onde o predomínio de indivíduos da raça negra faria do elemento racial o fator de identidade continental, e da Ásia, onde os aspectos culturais (especialmente a religião), confeririam uma identidade àquele continente, a América Latina (AL) seria uma região onde o amalgamento de raças e culturas constituiria a norma, e não a exceção, característica que constituiria a identidade latino-americana.

Se as formulações de Zea estabelecem uma identidade supranacional materializada em elementos étnico-culturais que permeariam toda a AL, o mesmo não pode ser dito de Darcy Ribeiro (1975), autor que não concebe a existência de uma

identidade continental posta nesses termos. Ao enfrentar teoricamente a problemática da formação dos povos americanos e das razões de suas disparidades econômicas e sociais em relação ao ocidente industrializado, esse autor procedeu à elaboração de uma tipologia do que ele denominou de “configurações histórico-culturais extra-européias”, as quais seriam quatro:

- “Povos-Emergentes” (que não será descrita aqui, por não haver, segundo o autor, representantes desse grupo na AL).
- “Povos-Testemunho”: são os atuais representantes de civilizações antigas, que sobreviveram ao impacto da influência européia durante o período da expansão colonial. Na AL, os países pertencentes a essa categoria seriam Peru, México, Equador, Bolívia e Guatemala, representantes atuais dos Incas, Maias e Astecas.
- “Povos-Transplantados”: engloba os povos que preservaram de forma quase completa as características étnicas dos colonizadores europeus. Na AL, os representantes desse grupo são Argentina e Uruguai.
- “Povos-Novos”: resultantes de processos de “conjunção, deculturação e caldeamento de matrizes étnicas muito díspares, como a indígena, a africana e a européia”, são nações desprovidas de tradições culturais. Na AL figuram nessa categoria Brasil, Colômbia, Venezuela, Chile, Paraguai e Antilhas.

Tais considerações não deixam espaço para que seja possível enfeixar toda a AL segundo critérios de ordem étnica ou cultural, visto que só é possível encontrar, quando muito, semelhanças entre grupos de nações latino-americanas pertencentes a uma mesma “configuração histórico-cultural”. A interpretação de Darcy Ribeiro é bem mais rigorosa do que a de Leopoldo Zea no que diz respeito à realidade empírica, pois este último deixa de lado o fato de que há países na AL onde a homogeneidade de características étnico-culturais predomina sobre a heterogeneidade e o amalgamento de matrizes étnicas, como se verifica nos casos da Argentina e do Uruguai.

Apesar dessa oposição entre as interpretações dos dois autores, existe uma questão política que, alimentando os esforços teóricos de ambos, leva-os a propor uma política cultural orientada para a integração da AL. A referida questão política é a da viabilidade de unificar as nações latino-americanas num esforço conjunto para romper os laços de dependência que, segundo inúmeras versões, manteriam todas elas numa situação de penúria; em conseqüência, uma política cultural integradora deveria objetivar justamente promover essa união de forças contra o inimigo comum: as nações “imperialistas”. Com efeito, tanto Leopoldo Zea (1981) quanto Darcy Ribeiro postulam a necessidade de uma política cultural desse tipo, bastando lembrar, no caso desse último, o fato de ter sido ele o idealizador do “Memorial da América Latina”.

Ainda assim, há uma diferença evidente entre os dois autores. De um lado, Zea pensa a questão da identidade latino-americana a partir de uma combinação de pressupostos românticos e hegelianos bastante comum na construção de ideologias nacionalistas, pois defende a necessidade de uma política cultural integradora para um conjunto de nações que já apresentaria uma identidade que as unifica, de modo análogo à visão nacionalista dos “pensadores autoritários” brasileiros, por exemplo. De outro lado, Ribeiro postula esse mesmo tipo de política para uma região formada por países que constituíram suas identidades nacionais a partir de matrizes étnico-culturais muito díspares, de forma similar às vertentes do nacionalismo que pensam a nacionalidade como produto de uma ação deliberada do Estado.

Ora, a visão manifesta por Darc Costa acerca de todas essas questões durante sua conferência reproduz claramente os pressupostos dessas ideologias nacionalistas e latino-americanistas. Ele se recusa a usar a expressão “América Latina”, que considera inadequada por ser uma invenção francesa, e utiliza em seu lugar a expressão “Ibero América”, a qual remete às origens culturais dos povos da região. Em sua conferência, deixou clara sua tese de que existe uma identidade “ibero-americana” fundada em elementos culturais comuns resultantes da influência dos colonizadores espanhóis e portugueses na formação desses povos. Explicitou também que a elaboração de um “projeto nacional” brasileiro e da política externa do país precisaria estar pautada precipuamente pelo diagnóstico de que essa identidade existe, ou seja, que critérios de ordem histórica e cultural deveriam prevalecer sobre critérios econômicos na formulação do referido projeto nacional e da política externa. Por fim, deixou claro que, embora exista uma identidade dos brasileiros com os demais povos ibero-americanos, ela não se contrapõe à existência de uma identidade nacional no Brasil, a qual teria na miscigenação e na tolerância racial e cultural seus elementos fundadores.

Portanto, Darc Costa, assim como Leopoldo Zea, afirma a existência de uma identidade regional já constituída e manifesta em elementos empiricamente verificáveis, a qual deveria servir de base para a elaboração de políticas integradoras. Reproduz assim pressupostos típicos de ideologias nacionalistas e populistas ao falar sobre uma suposta “identidade ibero-americana”, assim como faz uso desses mesmos pressupostos ao falar da “identidade nacional brasileira”. De fato, entre os “pensadores autoritários” da Primeira República, havia tanto intelectuais que faziam uso de teorias racistas para dar base a juízos altamente depreciativos em relação a negros, índios e mestiços como outros que faziam uso desse mesmo tipo de teoria para enaltecer a miscigenação e o “tipo mestiço”. Cassiano Ricardo, por exemplo, estava entre os nacionalistas

apologéticos do mito da “bondade essencial” do brasileiro, a qual seria resultado da abundância de terras disponíveis no Brasil combinada à soma das tendências psicológicas supostamente próprias de cada raça (DINIZ FILHO, 2002a).

Como se vê, os discursos nacionalistas que sustentam a existência de um “destino nacional” com base em interpretações históricas que atribuem qualidades como “pacifismo” e “tolerância” possuem uma longa história nos meios políticos e intelectuais do país. E, hoje como ontem, tais discursos são passíveis de inúmeras críticas. No que diz respeito ao nacionalismo, vale lembrar que “todas as definições objetivas [de nacionalidade] falharam pela óbvia razão de que, dado que apenas alguns membros da ampla categoria de entidades que se ajustam a tais definições podem, em qualquer tempo, ser descritos como ‘nações’, sempre é possível descobrir exceções” (HOBSBAWN, 1990, p. 15).

Ora, se já é complicado encontrar homogeneidades étnico-culturais e históricas que fundamentem a idéia de que os Estados sejam expressões de entes nacionais, o que dizer da tentativa de provar a existência de identidades supranacionais que, sem negarem a existência das nações, exigiriam dos Estados políticas ativas de integração cultural? O trabalho de Darcy Ribeiro já oferece uma boa demonstração das dificuldades dessa empreitada, embora agrupando os países da AL em “configurações histórico-culturais” que seriam dotadas de relativa homogeneidade.

Com efeito, todas as tentativas de fundamentar a existência de identidades coletivas em âmbito continental, nacional ou mesmo regional esbarram no fato de que, quanto maior o detalhamento das análises históricas e antropológicas, maior a dificuldade de reconhecer a homogeneidade dos elementos que constituiriam objetivamente essas identidades coletivas. E uma vez que a heterogeneidade sempre prevalece, o procedimento lógico dos discursos nacionalistas e latino-americanistas consiste em provar a existência objetiva das identidades coletivas por meio de alusões a uma ou duas características muito gerais da população em foco, como o predomínio dos mestiços no Brasil ou a origem ibérica da maioria dos povos americanos. Mas mesmo esse nível muito geral de análise esbarra freqüentemente em exceções, como visto no caso da inadequação da teoria de Leopoldo Zea sobre a mestiçagem ser o fator de identidade latino-americana. No extremo oposto, mencione-se como exemplo que, como já alertou Ruben George Oliven (1986), os discursos que estabelecem a existência de uma identidade regional gaúcha são no mínimo imprecisos, posto que análises rigorosas das características culturais do Rio Grande do Sul permitem identificar pelo menos doze

estados diferentes. Não é difícil ver a dificuldade de extrapolar esse tipo de raciocínio para as escalas nacional e continental.

Não bastasse isso, as interpretações históricas e antropológicas baseadas na seleção de elementos definidores de identidades coletivas são prejudicadas pela falta de critérios objetivos de seleção e de balizas metodológicas que fundamentem as conclusões extraídas da interpretação desses elementos. Basta ver que os inúmeros intelectuais brasileiros que já se debruçaram sobre a questão da brasilidade, mesmo quando compartilham muitos pressupostos teórico-metodológicos e/ou ideológicos, chegam a resultados antagônicos em diversos aspectos. Plínio Salgado e Oliveira Vianna identificavam o “caráter brasileiro” à psicologia do homem do campo, ao passo que Miguel Reale e Azevedo Amaral afirmavam a industrialização como processo inscrito no “destino nacional”; Gilberto Freire vinculava sua interpretação da nacionalidade à história do Nordeste açucareiro, enquanto Cassiano Ricardo a associava ao bandeirantismo paulista; Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Sérgio Buarque de Hollanda atribuíam à suposta inferioridade de índios, negros e mestiços boa parte da responsabilidade pelo “atraso” brasileiro, enquanto Cassiano Ricardo e Gilberto Freire faziam o elogio da mestiçagem e ainda a qualificavam como elemento central da nacionalidade (DINIZ FILHO, 1994, 2002a; BOMFIM, 2002-2003).

No caso da interpretação de Darc Costa sobre a identidade brasileira (que nada tem de original), vale lembrar ainda que noções como as de “bondade essencial” e de “democracia racial” já foram contestadas por diversos trabalhos que as qualificam como mitos, posto que a história brasileira é marcada por inúmeras formas de violência e de expropriação, manifestas no escravismo e no genocídio de populações indígenas, sem falar no autoritarismo político e nas guerras de repressão a movimentos separatistas (DINIZ FILHO, 2002a; MORAES, 1988)<sup>4</sup>.

Concluindo esta Seção, fica claro que certos discursos que versam sobre a questão da identidade latino-americana possuem pressupostos comuns às ideologias nacionalistas, sobretudo aquelas caudatárias da visão romântica de nação. No que diz respeito à elaboração de projetos políticos, o nacionalismo romântico pode servir de suporte tanto para propostas de direita como de esquerda, mas um traço definidor de tais propostas, num pólo ou no outro do espectro ideológico, é a oposição visceral ao liberalismo, e particularmente ao liberalismo econômico, sobretudo quando se defende a “independência” da nação. Não por acaso, o discurso latino-americanista é igualmente crítico das idéias liberais e marcado por propostas políticas de esquerda.

Todavia, é irônico constatar que os nacionalismos e populismos da esquerda latino-americana, embora caminhando de mãos dadas com propostas antiimperialistas de integração continental, vêm se constituindo nos maiores obstáculos para que essa integração se aprofunde, conforme se verá a seguir.

### **Sobre a atual “política externa ativa”**

Segundo Darc Costa, a diplomacia do atual governo é “a mais competente que o Brasil já teve, ao menos nos últimos cem anos” (sic). Como tal afirmação foi feita sem qualquer explicação adicional, fica óbvio tratar-se de uma opinião gratuita. Para justificar sua avaliação, no mínimo o conferencista deveria ter listado os objetivos propostos pelo governo e mostrado os sucessos que teriam sido obtidos. Como ele não fez isso, vale a pena lembrar que:

- a) O governo Lula buscou conquistar uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU (chegou até a enviar tropas para liderar a missão de paz da ONU no Haiti), mas nada conseguiu<sup>5</sup>.
- b) Esse governo foi derrotado nas tentativas de eleger brasileiros para as presidências da Organização Mundial do Comércio – OMC e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, inclusive porque Uruguai e Argentina votaram contra os candidatos brasileiros.
- c) Em novembro de 2004, o Brasil reconheceu a China como economia de mercado, atitude que diminuiu as chances de vitória brasileira em qualquer ação a ser movida contra aquele país na OMC. Agora, “[...] para provar que o país pratica *dumping* na exportação de determinado produto, o governo terá de mostrar que os preços cobrados pelos exportadores chineses são inferiores ao de seu mercado interno, e não mais inferiores aos de um terceiro país”. Considerando-se os baixíssimos níveis salariais vigentes na China e sua moeda fortemente desvalorizada, torna-se muito difícil provar a prática de *dumping* em qualquer pleito brasileiro (DIAS, 2005).
- d) As contrapartidas solicitadas pela diplomacia brasileira para conceder à China o *status* de economia de mercado – algo que o país asiático não é, em função de seu forte intervencionismo econômico estatal – foram promessas de aumento de exportações de carnes, aviões e minérios para aquele país e também de apoio chinês para a pretensão brasileira de conseguir uma vaga permanente no Conselho de Segurança. Contudo, não houve concessão alguma do governo chinês que facilitasse a exportação desses produtos, ao passo que as vendas chinesas para o Brasil cresceram 79% em apenas um ano após ter havido o reconhecimento da China como economia de mercado (DIAS, 2005). Para completar, o governo chinês, em 2005, aliou-se aos EUA e à Rússia no veto ao projeto de ampliação do número de vagas no Conselho, o que inviabilizou o pleito brasileiro.
- e) No programa de governo apresentado na eleição de 2002, propunha-se simplesmente a “reconstrução do Mercosul” e a “convergência de políticas industriais, agrícolas, comerciais, científicas e tecnológicas, educacionais e culturais” dos países membros (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p.

6). Mas é justamente no governo Lula que o Mercosul vem atravessando a pior crise política de sua história, em virtude do nacionalismo populista do governo Kirchner, como se pôde verificar quando esse governo impôs unilateralmente limites às exportações de produtos industrializados brasileiros para a Argentina, produtos esses que passaram a ser comprados pelo país vizinho fora do Mercosul.

Essas iniciativas delineiam os objetivos de uma diplomacia que se diz “ativa”, empenhada em fazer do Brasil um país de peso no cenário das relações internacionais e também um líder continental, mas cujas pretensões de protagonismo têm sido sistematicamente frustradas. Uma vez que as concessões feitas pela diplomacia brasileira são enormes e os resultados econômicos são contraproducentes, talvez Darc Costa pudesse ter mostrado algo de positivo na política externa do governo Lula se seguisse a mesma linha de raciocínio de Carlos Lessa (2005), o qual procura mostrar, como “exemplos de inovações” ocorridas no relacionamento do Brasil com outros países latino-americanos, uma série de investimentos brasileiros nessa região. Embora não haja espaço aqui para mostrar as distorções contidas na argumentação de Lessa, vale a pena mencionar que o argumento por ele apresentado para contestar o diagnóstico de que os nacionalismos sul-americanos se revestem de conteúdos antibrasileiros foram rapidamente desmentidos pela recente crise diplomática com a Bolívia.

A suspeita da Alca (Área de Livre-Comércio das Américas) como má alternativa, a manifesta truculência da diplomacia imperial [americana], a estagnação relativa dos países do continente e a falta de solidariedade com a tragédia argentina ensinaram aos povos sul-americanos a importância da integração sem nenhum subimperialismo (LESSA, 2005, p. 17)<sup>6</sup>.

Bem ao contrário, a atual crise nasceu de um forte sentimento nacionalista existente em certos setores da população boliviana, o qual se enraíza na crença de que o Brasil seria um país que explora e domina seu vizinho, exatamente do mesmo modo como a esquerda nacionalista brasileira raciocina sobre as relações do país com os EUA.

Com efeito, já em junho de 2005 assistia-se na Bolívia a manifestações de rua em prol da nacionalização total da exploração de petróleo e gás natural no país, manifestações essas que tinham Evo Morales, então líder cocaleiro e deputado eleito pelo partido Movimento ao Socialismo – MAS, o seu principal insuflador. Morales fez da nacionalização dos hidrocarbonetos uma das principais promessas de sua vitoriosa campanha à presidência da república, tendo tomado posse em janeiro de 2006. Em abril desse mesmo ano, eclodiram manifestações de rua exigindo a nacionalização, já que os discursos nacionalistas de Morales demoravam a se transformar em ações práticas. Em 01 de maio, Morales respondeu às manifestações com a assinatura do Decreto Supremo 28.701, que determinou: a) a nacionalização das ações necessárias para que a estatal Yacimiento Petrolíferos Fiscales Bolivianos – YPFB tenha o controle de ao menos 50%

mais um das empresas estrangeiras que operam no setor de hidrocarbonetos; b) a mudança na distribuição das receitas geradas pela exploração desses recursos, de modo a fazer com que, nos campos em que tenha havido produção média de gás superior a 100 milhões de metros cúbicos diários, em 2005, 82% dos recursos fossem apropriados pelo Estado e o restante pelas empresas; c) a retomada pelo Estado dos direitos de exploração de petróleo e gás; d) a entrega de toda a produção das empresas estrangeiras à estatal YPFB, sendo que as empresas teriam um prazo de 180 dias para adequar seus contratos ao decreto; e) a ocupação militar de todos os campos de exploração de petróleo e gás do país – determinação que foi cumprida já no dia 01 de maio, com a ocupação de 53 instalações de empresas estrangeiras que atuam na indústria do petróleo, aí incluídas duas refinarias que haviam sido compradas pela Petrobras em 1999. Em 12 de setembro de 2006, a YPFB passou a exercer o direito de propriedade sobre toda a produção de petróleo e derivados do país, inclusive o GLP. Apesar de não incluir o gás natural, tal medida prejudicou a Petrobras, que ficou proibida de exportar diretamente derivados de petróleo e de estabelecer os preços para os produtos não regulados, como os lubrificantes. Nesse mesmo dia, o governo boliviano afirmou que pretendia assumir o controle das refinarias da Petrobras sem qualquer pagamento.

Após o final do prazo estipulado pelo Decreto Supremo para a adequação das empresas estrangeiras, a Petrobrás sofreu mais duas perdas. A primeira delas está no fato de que a renegociação do acordo de venda do gás natural ao Brasil terminou em elevação dos preços, pois a Petrobras passou a ser obrigada a pagar por variedades de gás para as quais não tem uso. A segunda diz respeito à venda das duas refinarias da Petrobrás, já que o preço pago pelo governo boliviano foi de apenas 112 milhões de dólares, o qual, segundo estimativa de especialistas, é cerca de 80 milhões de dólares inferior à soma dos investimentos feitos pela Petrobras nas refinarias desde 1999, quando a empresa as comprou do próprio governo boliviano. Esses mesmos especialistas asseguraram que esse valor é pequeno se comparado à dimensão dos negócios realizados pela Petrobrás (AZEVEDO, 2007), o que entretanto não muda o fato de que uma estatal brasileira sofreu perdas sem que o governo Lula tenha recorrido a uma arbitragem internacional para fazer valer os interesses da empresa.

O que chama atenção nesse imbróglio diplomático é, do lado boliviano, o contraste entre a agressividade dos discursos de Morales e as hesitações de sua política de nacionalização. Morales justifica suas ações com um discurso nacionalista e antiimperialista típico entre políticos de esquerda na AL, como ao acusar o Brasil de haver trocado o Acre por apenas um cavalo. Mas nem por isso Morales deixa de se

mostrar diplomático com o governo de um país que ele reputa explorador: já em 04 de maio de 2006 ele participou de um encontro com os presidentes Lula, Hugo Chávez e Néstor Kirchner para discutir a questão, encontro no qual os participantes trocaram amabilidades, declarações de apoio mútuo e até posaram para uma foto com as mãos juntas, mas na qual nada foi discutido a respeito dos impactos da nacionalização sobre os preços do gás ou qualquer outra questão concreta relacionada ao tema.

Já do lado brasileiro, o que se vê é o contraste entre as ameaças feitas pela Petrobras para garantir que não sofrerá perdas e a tibieza das respostas de Lula e de outros integrantes do governo à expropriação sofrida pela empresa. Enquanto Gabrielli afirmava que a Petrobras iria suspender seus investimentos programados na Bolívia, Lula negava que estes viessem a ser suspensos; logo depois de Gabrielli afirmar que não seria aceito nenhum reajuste no preço pago pelo gás boliviano, o Ministro do Planejamento, Guido Mantega, dizia que a empresa possuía margem suficiente para absorver qualquer eventual reajuste e que, no máximo, poderia haver uma pequena diminuição dos dividendos pagos aos acionistas devido à “redução de lucratividade”. Mais emocional e menos técnico, Lula declarou que “a Bolívia é o país mais pobre da América do Sul, precisa de ajuda e não de arrogância” e, durante o discurso de inauguração de uma hidrelétrica, afirmou: “eu não tenho dúvida nenhuma de que o gás não vai aumentar e, se aumentar, **o aumento ficará para a Petrobras e não para o consumidor**” (DIAS, 2006 – sem negrito no original).

Enfim, a crise diplomática assim resumida problematiza as teorias que supõem a existência de um ente cultural latino ou ibero-americano e que fazem uso dessa suposição para justificar projetos de reformas econômicas nacionalistas e de esquerda no continente, pois as acusações de subimperialismo feitas contra o Brasil mostram não existir a percepção de que o país faça parte de um ente como esse, proposto por autores como Leopoldo Zea e Darc Costa. Mas Darc Costa não se faz de rogado e procura fazer uso do mesmo tipo de retórica nacionalista e estatizante que originou a crise para justificar as atitudes de Morales e de Lula, conforme segue.

### **Considerações finais: “marketing ideológico” numa era de crise das esquerdas**

Darc Costa afirmou que não há nenhuma crise envolvendo o Estado brasileiro e o boliviano na questão do gás, mas sim um problema entre a Petrobras e a Bolívia. Segundo ele, a venda de ações da Petrobras na bolsa de Nova York pelo governo FHC foi um “crime”, pois agora a empresa está legalmente obrigada a atender aos interesses dos seus acionistas estrangeiros, em detrimento do papel que ela deveria desempenhar

dentro de uma estratégia de desenvolvimento nacional. Tal afirmação é uma meia verdade, para dizer o mínimo. De fato, não foi apenas a investidores estrangeiros que o governo anterior vendeu ações da Petrobras, mas também a **trabalhadores brasileiros, os quais puderam utilizar o dinheiro do FGTS para comprar as ações**. Nesse sentido, a Petrobras não estava apenas fazendo a defesa de interesses americanos quando manifestar sua recusa a aceitar prejuízos causados pela expropriação que sofreu, mas também interesses de trabalhadores nacionais!

Ora, é certo que a decisão de vender ações da Petrobras pode e deve ser discutida, mas desde que no contexto de um debate mais amplo sobre as funções das empresas estatais em economias de mercado, e não com base em meias-verdades contadas para dar credibilidade a parolagens nacionalistas. Sobre esse tema, o cientista político Sérgio Abranches (2002) analisa as ambigüidades inerentes ao funcionamento das empresas estatais, pressionadas a atender a objetivos políticos e macroeconômicos fixados pelo Estado e, simultaneamente, aos interesses particulares das próprias empresas, que, para não se tornarem inviáveis, são forçadas a obter resultados microeconômicos avaliados segundo os mesmos critérios de eficiência e de rentabilidade que regem o comportamento das empresas privadas. Nesse sentido, o autor conclui que a única forma de eliminar as tensões intrínsecas à dupla identidade estatal-privada de uma empresa como a Petrobras é estatizá-la plenamente, mediante a compra das ações em poder de investidores privados pelo Estado, ou então privatizá-la de vez, o que seria feito pelo desmembramento da empresa e posterior venda de todas as suas refinarias, poços e postos. Estão dados aí os parâmetros iniciais para um debate racional sobre a conveniência ou não de manter uma empresa estatal operando na indústria do petróleo, mas não há como conduzi-lo honestamente partindo-se de uma contraposição falsa entre interesse nacional e estrangeiro, que se sustenta na insinuação mentirosa de que todos os acionistas privados da Petrobras são norte-americanos!

Para entender adequadamente a crise Brasil-Bolívia, é preciso deixar de lado esse tipo de retórica governista e colocar em foco as contradições entre a tradição antiimperialista das propostas de integração latino-americana e o contexto histórico de crise das esquerdas. Essa crise tem início na década de 70 e se prolonga até os dias atuais, sendo que, dentre suas inúmeras manifestações, podem ser citadas: a crise das teorias marxistas – sobretudo no que diz respeito à explicação da economia capitalista contemporânea (DINIZ FILHO, 2002b) –, a queda do Muro de Berlim, a desintegração da URSS e a adesão de diversos partidos socialistas e social-democratas europeus a uma agenda de reformas liberalizadoras. É em função disso que as eleições de Evo Morales e

de Lula foram saudadas pela esquerda intelectual e política como provas de que o sonho socialista não havia morrido ou, pelo menos, de que ainda seria viável levar adiante formas alternativas de gestão do Estado e da economia capitalistas pautadas pelas idéias da esquerda socialista e nacionalista da AL.

Ora, os avanços e recuos do governo Morales na política de nacionalização dos hidrocarbonetos, como visto, são reflexos claros da inviabilidade econômica da promessa de nacionalização, posto que o Estado boliviano já havia expropriado empresas do setor em outras duas ocasiões e os resultados foram sempre negativos, devido à falta de condições técnicas e financeiras do Estado boliviano para operar a extração de hidrocarbonetos eficientemente. Do lado brasileiro, a resposta inaceitável de que a Petrobras deve arcar com perdas provocadas por elevações de preços e por expropriações deve-se à necessidade de compensar, no âmbito da política externa, e mesmo que ao custo de muitos milhões de dólares de receitas de uma empresa estatal, a frustração das expectativas de militantes e eleitores de esquerda no que diz respeito à política macroeconômica e à agenda de reformas. O sociólogo marxista Francisco de Oliveira, um dos fundadores do PT, é talvez aquele que melhor sintetizou a questão:

Afasto-me porque não votei nas últimas eleições presidencial e proporcional no Partido dos Trabalhadores, reiterando um voto que se confirma desde 1982, para vê-lo governando com um programa que não foi apresentado aos eleitores. Nem o presidente nem muitos dos que estão nos ministérios nem outros que se elegeram para a Câmara dos Deputados e para o Senado da República pediram meu voto para conduzir uma política econômica desastrosa, uma reforma da Previdência anti-trabalhador e pró-sistema financeiro, uma reforma tributária mofina e oligarquizada, uma campanha de descrédito e desmoralização do funcionalismo público, uma inversão de valores republicanos em benefício do ideal liberal do êxito a qualquer preço – o "triunfo da razão cínica", no dizer de César Benjamin –, uma política de alianças descaracterizadora, uma "caça às bruxas" anacrônica e ressuscitadora das piores práticas stalinistas, um conjunto de políticas que fingem ser sociais quando são apenas funcionalização da pobreza – enfim, para não me alongar mais, um governo que é o terceiro mandato de FHC. [...] Mesmo a "jóia da coroa" do governo, sua política externa, tem não poucos aspectos de retrocesso: a crença no livre comércio, em áreas de mercados livres, na contramão da rica experiência latino-americana, teorizada brilhantemente por Raúl Prebisch e Celso Furtado (Oliveira, 2003).

Em conclusão, vê-se que o governo do PT revelou-se mais uma evidência clara da crise teórica e política das esquerdas, e é isso que explica sua recusa a recorrer a uma arbitragem internacional para defender os interesses da Petrobras frente à expropriação praticada pelo governo boliviano. Morales e Lula são igualmente reféns das expectativas nacionalistas que eles e seus respectivos partidos socialistas nutriram para

conquistar o poder, pois enquanto o primeiro precisa impor perdas econômicas às empresas estrangeiras para acalmar o clamor das ruas, Lula tem de assistir a essas investidas passivamente para poder posar de líder regional e pai dos pobres da AL, de modo a criar a ilusão de que, ao menos na política externa, seu governo estaria sendo coerente com as bandeiras históricas da esquerda e do seu partido – e em que pesem as contradições e os fracassos colhidos mesmo nessa área, conforme visto.

## NOTAS

1. Acessível em <<http://www.agbcuritiba.hpg.ig.com.br/23semageo.html>> Acesso em 05 set. 2006.

2. Darc Costa é economista e ocupou o cargo de vice-presidente do BNDES durante a gestão de Carlos Lessa, nos primeiros dois anos do governo Lula.

3. Embora o ensaio de Chauí possua alguns elementos úteis para os propósitos desta análise, cumpre ressaltar que essa autora concebe as ideologias como formas de “falsa consciência” da realidade, tipo de conceituação já criticada por Antonio Carlos Robert Moraes (1988). De fato, a definição de ideologia como “falsa consciência”, típica de algumas correntes marxistas, possui um caráter cientificista e autoritário, já que se presta a análises maniqueístas e superficiais dos discursos políticos.

4. O problema de muitos estudos sociológicos que denunciam o mito da “democracia racial” brasileira, desde aqueles produzidos por Fernando Henrique Cardoso nos anos 60, está no fato de afirmarem que há no Brasil um racismo tão intenso e ostensivo quanto o norte-americano e cujas conseqüências seriam até piores. Segundo tais estudos, o racismo brasileiro, por ser dissimulado, tornaria mais difícil aos negros tomar consciência de sua situação e lutar contra o preconceito que os aprisiona na pobreza. Esse tipo de análise, que tem servido de justificativa às políticas de cotas, baseia-se em pressupostos para os quais não há evidência empírica. Como demonstra Ali Kamel (2006), com base em dados dos Censos Demográficos e da PNAD, o racismo, embora exista no Brasil, nunca foi capaz de impedir que houvesse uma intensa miscigenação no país e nem funcionou como obstáculo à ascensão social dos pretos e pardos. Duas provas disso apresentadas pelo autor são: a) que a maioria dos pobres brasileiros não é formada por pretos, e sim por pardos; b) que os brancos pobres vivem sob condições tão difíceis quanto os pretos pobres e têm as mesmas dificuldades para superar a linha de pobreza. Assim, embora Kamel também trabalhe com a noção de “identidade nacional”, sua análise é bastante objetiva, já que ele não procura formular um projeto de desenvolvimento original a partir da idéia de brasilidade, mas apenas questionar a política de cotas raciais e demonstrar que as dificuldades de ascensão social de pretos e pardos pobres são as mesmas dos brancos pobres (em especial, a má qualidade da educação oferecida às pessoas de baixa renda, de todas as raças).

5. A conquista de uma vaga no Conselho também foi tentada no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, mas a diplomacia brasileira abdicou formalmente desse objetivo no segundo mandato desse presidente (ALBUQUERQUE, 2005, p. 234).

6. A visão do Brasil como país “subimperialista” é antiga e se faz presente inclusive na esquerda intelectual brasileira (ALBUQUERQUE, 2005; GALEANO, 1982).

## BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, S. H. Ambígua diferença. *Veja*, 17 abr. 2002.

ALBUQUERQUE, E. S. O Brasil lidera a América Latina? In: \_\_\_\_\_ (org.). **Que país é esse?** : Pensando o Brasil contemporâneo. 1. ed. São Paulo: Globo, 2005.

AZEVEDO, R. **Evo e a Petrobras; Lula e o Efavirenz**. Acessível em < <http://veja.abril.com.br/blogs/reinaldo/>> Acesso em 12 maio 2007.

BOMFIM, P. R. A. Uma superfície política para o “Leviatã Benevolente”. **Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, anos 3-4, n. 4-5, 2002-2003.

CHAUÍ, M. **Seminários (o nacional e o popular na cultura brasileira)**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DIAS, J. A. **A política externa da companheirada**. Disponível em <<http://www.primeiraleitura.com.br>> Acesso em 01 out. 2005.

DIAS, J. A. **Superávit primário pode pagar por nova promessa de Lula**. Disponível em < <http://www.primeiraleitura.com.br> > Acesso em 05 maio 2006.

DINIZ FILHO, L. L. A Geografia Crítica brasileira: reflexões sobre um debate recente. *Geografia*, Rio Claro (SP), v. 28, n. 3, 2003.

DINIZ FILHO, L. L. Certa má herança marxista: elementos para repensar a Geografia Crítica. In: MENDONÇA, F. A.; KOZEL, S. (org.). **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. 1. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2002b.

DINIZ FILHO, L. L. O determinismo ambiental na formação do pensamento político autoritário brasileiro. **RA'E GA**, v. 6, n. 6, 2002a.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982 (Estudos Latino-americanos, v. 12).

HOBSBAWN, E. J. B. **Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade**. RJ: Paz e Terra, 1990.

KAMEL, A. **Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor**. RJ: Nova Fronteira, 2006.

LESSA, C. Prefácio. In: ALBUQUERQUE, E. S. (org.). **Que país é esse?** : Pensando o Brasil contemporâneo. 1. ed. São Paulo: Globo, 2005.

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1988.

OLIVEIRA, F. Tudo o que é sólido se desmancha em... cargos. *Folha de São Paulo*, 14 dez. 2003.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Programa de governo 2002: um Brasil para todos**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, 2002. Disponível em <<http://www.pt.org.br>>. Acesso em: 20 fev. 2006.

RIBEIRO, D. **Os brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro 1, 1975.

ZEA, L. Política cultural latinoamericana. In: \_\_\_\_\_ (ed.). **Sentido de la difusión latinoamericana**. México: Unam, 1981.